

SOCIEDADE URBANA: desigualdade e exclusão sociais

Maura Pardini Bicudo Vêras

RESUMO: No contexto da transnacionalização da economia e da constituição da sociedade informacional, inovações tecnológicas revolucionam a comunicação, a sociabilidade e as cidades, alterando-lhes as configurações espaciais, a dinâmica urbana, o acesso à cultura e aos equipamentos. A cidade capitalista, e a brasileira, principalmente, continua a apresentar velhas questões sociais: desigualdades, segregação e pobreza numa dialética da exclusão/inclusão sociais.

PALAVRAS-CHAVE: cidade, sociedade urbana, desigualdade, exclusão social, questão urbana

Como bem observou Fernand Braudel, os dois principais multiplicadores do capitalismo são a **Moeda** e a **Cidade**, ou seja, há uma estreita relação entre mercado financeiro e mercado imobiliário, acarretando novas configurações urbanas.

Essa dupla relação manifesta-se, entretanto, de forma multifacetada: enquanto os mercados financeiros se tornam cada vez mais imaterializados, “desincorporados” em novos “produtos” especulativos e/ou virtuais, os níveis de concentração nas cidades são mais elevados, e o solo urbano é mais e mais valorizado por abrigar serviços cada vez mais sofisticados ligados ao mesmo capital financeiro ou como sedes das empresas multi ou transnacionais como é o caso das cidades globais (S. Sassen, 1998). Essa relação contraditória se explicita pelo paradoxo de que quanto mais desterritorializadas as atividades no sentido de dispersão geográfica, maior a necessidade de controle e são as grandes cidades que podem preencher esse papel (Castells, *et al* – 1990 e Vêras, 2002).

Embora seja uma frase emblemática, Carol Willis (1995) reafirmou que “*a forma segue a finança*” (Roseta, 2000) ou seja, diferentes paisagens urbanas obedecem a diversas filosofias de desenho urbano mas também diferentes fórmulas do mercado imobiliário.

A produção dos arranha céus deve ser vista como resultante de cálculos de obter rentabilidade máxima. Assim, “as cidades têm de ser vistas como ambientes comerciais complexos, onde construir é um negócio que extrai lucro ao mesmo tempo, da produção de espaço, da localização, da imagem e do *status*” (Roseta, 2000, p. 2).

Em muitas cidades brasileiras, os poderes públicos diminuíram sua tarefa de fazer cidades, deixando esse papel ao capital privado, reservando ao livre jogo do mercado a ocupação do solo urbano. Em uma sociedade marcada por extrema desigualdade, a maioria da população vê-se alijada do mercado formal de habitação, do que resultam extremas periferias desequipadas como cinturão de abordagem dos mais pobres às regiões metropolitanas, além de porções centrais deterioradas e a auto segregação das elites. Tudo isso se visualiza em uma certa topografia social da desigualdade.

Enquanto os “espaços da pobreza” são deixados ao livre jogo do mercado, ao contrário, nos empreendimentos centrais, nos pontos turísticos ou nos bairros produzidos para sede de bancos ou multinacionais, nos edifícios de luxo, verifica-se o rosto do grande capital – a nova face da globalização. As pressões imobiliárias crescem em ritmo exponencial e o poder local não consegue resistir-lhes, a não ser que se cultivassem uma consciência e políticas públicas que lhes fizessem frente por serem imbuídas dos valores que a identidade territorial e a memória representam.

Dessa forma, após esse breve prelúdio, pode-se relacionar esse novo cenário urbano a outros recorrentes aspectos da vida das cidades capitalistas.

Convém explicitar, pois, que os temas imbricados na proposição Sociedade Urbana no contexto contemporâneo são, por um lado, instigantes, desafiadores e oportunos; por outro ângulo, a tarefa de dissertar sobre cada um dos elementos “**cidade**” e “**contexto contemporâneo**”, constitui atividade complexa pela natureza multifacetada de cada um deles e, mais ainda, pelas relações entre eles, configurada aqui

como “**novas e velhas questões**” e pela cruel permanência da desigualdade social.

Necessariamente deve-se optar por um trajeto argumentativo e escolhemos, de início, uma visão panorâmica de vários aspectos contidos no contexto contemporâneo, depois, abordando a **cidade**, como pode ser apreendida como objeto de estudo e, finalmente, um destaque para a questão social nas novas configurações urbanas.

Sem dúvida, vivemos uma época de perplexidades. São mudanças vertiginosas de toda ordem e que colocam desafios aos vários pontos de vista estabelecidos, notadamente às ciências sociais que devem dar conta de novas questões postas neste início de milênio. Embora ainda de forma introdutória várias circunstâncias e traços históricos atuais configuram o complexo quadro contemporâneo: a chamada globalização, globalizações, melhor dizendo, na medida em que é política, cultural, econômica e assim por diante – parece ser um pano de fundo presente, nos seus vários ângulos. Do ponto de vista da economia assistimos a uma nova divisão internacional do trabalho com a fragmentação do processo produtivo por todo o planeta (não mais entre regiões ou cidades ou empresas de um mesmo país, mas partes do produto provêm dos mais variados lugares do mundo), no que se convencionou chamar de reestruturação produtiva. Associada ao nomadismo do capital financeiro, a voragem mundializada carrega os movimentos da força de trabalho (migrações e ajustamentos sazonais) desemprego tecnológico causado progressivamente pelas revolucionárias descobertas nesse campo. É inegável o papel das tecnologias da informação – ou seja, o enorme avanço das telecomunicações, o *chip* do computador, os satélites, a telefonia móvel, tudo veio proporcionar uma nova Idade, a que M. Castells (na trilogia publicada em 1997 e traduzida no Brasil em 1999 pela Editora Paz e Terra - Sociedade em Redes, Fim de Milênio e Poder da Identidade) chamou de Idade da Informação. A ocidentalização da cultura, com o poder da *media*, é generalizada pelo globo. Internet, televisão, TV a cabo, aproximam e afastam pessoas.

É possível perceber esboços de uma sociedade pós-industrial, de serviços cada vez mais sofisticados, uns ligados à gestão do capital, outros à pesquisa científica e tecnológica e, outros ainda, voltados ao consumo de camadas sociais emergentes.

Dessa forma, com a tecnologia da informação e com as crises – capitalista e do estatismo – e a emergência de movimentos socioculturais, tais como os feministas, ambientalistas e de direitos humanos, por exemplo, recompõe-se esse novo quadro, em patamares cada vez mais problemáticos.

Do lado da biologia várias revoluções científicas: as engenharias genética e médica, com clonagens, genomas, transplantes, enfim, recolocam nova base de concepção do que é humano, mortal, natural. Nesse panorama as relações entre natureza e cultura são discutidas, bem como tempo e espaço são ressignificados: distâncias se encurtam, o tempo vira programação de horário (Virilio, 1993).

São inauguradas novas sociabilidades – na interface homem e máquina e não mais face a face. Paradoxalmente, quanto mais se aproximam povos, nações, pessoas, mais se observa o espetáculo das diferenças e das desigualdades. Conflitos étnicos, as “nacionalidades” se diluem e se agravam em uma topologia eletrônica. Países continuam a ser de primeiro, segundo, terceiro ou quarto mundos. Bolsas de Valores se digladiam por suas moedas no mercado e questiona-se: Competitividade ou complementaridade?

O quadro social é alarmante: embora críticos à razão dualista (nos termos utilizados por Francisco de Oliveira no trabalho que se tornou referência nos anos 70 e 80) temos de admitir que o exército industrial de reserva não faz tanta falta ao sistema. Levas de braços (cada vez mais finos) parafraseando Marx em Trabalho Assalariado e Capital, aumentam, à procura de trabalho. Uma quantidade crescente de trabalhadores, expulsos das engrenagens produtivas por máquinas e/ou por fechamento de empresas, buscam a sobrevivência nos pequenos expedientes, auto-emprego, informalidades ou gravitam sateli-

tizados em volta dos ramos mais afinados à dinâmica globalizada. A vasta fenomenologia observada de “*homeless*”, “*sans-abris*”, “*underclass*”, população de rua, com novas características, chama a atenção do Primeiro Mundo e faz que se trate de discutir Exclusão Social, Desqualificação Social, Desafiliação, além das discutidas questões latino americanas e brasileiras como “marginalidade”, perceptíveis nos estudos de favela, ocupações, mendicância, encortamento ou periferias desequipadas (Vêras, 1999).

Também a ciência está em crise e mutação. Já se tornou lugar comum falar da crise dos paradigmas (e na ciência social sempre convivemos com o debate metodológico, no confronto de posições teóricas e ideológicas, e com a ausência de um paradigma hegemônico). Contudo, contemporaneamente, assistimos a debates e confrontos em meio à insegurança advinda com a crise dos metarrelatos (em termos de Lyotard) e dos ideais revolucionários. Em outras palavras, carecemos de sistemas teóricos seguros, abrangentes; a ciência perdeu sua arrogância, mas se essa humildade libertou-nos dos blocos monolíticos, de certa forma aprisionadores, por outro lado, fragmentou-se, às vezes, sem direção.

Nesse contexto, a cidade – o fenômeno urbano – está a desafiar especialistas da mais variadas ordens. A cidade assume várias funções no mundo, mas ressignifica outras, reexperimenta novas feições. Continua a ser um objeto ainda não totalmente decifrado, enigmático.

Os problemas de nossas cidades certamente não surgiram com o capitalismo, pois, originada da divisão de trabalho manual e intelectual e da produção de um excedente gerado no campo, a cidade antiga e a medieval continham suas contradições. Mas a cidade industrial, capitalista, chegou à sua plena forma, explicitando a luta de classes no espaço geográfico, social e político.

A cidade “esvaziava” o campo no século XIX, retendo a capitalização, submetendo-o, aglomerando a força de trabalho para que produzisse a mais valia (de início absoluta e depois a relativa). Jorna-

das de trabalho extensas subordinavam os trabalhadores, cada vez mais próximos ao parque fabril e cada vez mais dependentes de trabalhar para sobreviver.

Dependendo de seus salários para arcar com os custos da sua reprodução enquanto trabalhador, sua forma de alojamento, alimentação, educação e saúde eram cada vez mais precários.

E todos esses componentes tinham um custo e uma feição urbanos: a cidade reúne o capital (constante e variável), e a força de trabalho e elementos necessários à vida. Assim como a jornada de trabalho – comprada pelo capitalista em forma de salário – divide o tempo do trabalhador em “tempo de trabalho” e “tempo de viver” (necessário à reposição de energias para continuar vivo e “produtivo”), o capitalismo também dividiu o espaço da cidade: o **espaço do trabalho** (então, a empresa, a fábrica, a manufatura, a usina, a loja) e o **espaço do viver** (destinado à habitação e ao atendimento das necessidades básicas do homem). Assim, surgem os “bairros malditos”, de má reputação nos termos de F. Engels em seu clássico. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, de 1845, onde se aglomerava a classe trabalhadora, em moradias insalubres, desprovidas de serviços e equipamentos urbanos.

A multidão ganhou as ruas, a cidade se revelou a portadora da nova civilização (urbana industrial e moderna) mas também aí foi encarada como tendo um lado indesejável, a da pobreza. Foi a presença dos famélicos, “sujos, grosseiros” e que “deveriam” ser afastados dos olhares burgueses. Surgiu aí a primeira forma de segregação explícita – às vezes próximos aos bairros burgueses, mas evitados como de alta periculosidade. Mais tarde, haveria intenção mais direcionada, inclusive dos aparelhos públicos de planejamento de “zonear”, catalogar e ordenar o espaço urbano por determinadas funções. Uma das vertentes urbanistas foi a de remodelar, “limpar”, “sanear”, tornar racional o espaço urbano e destinar espaços específicos à habitação popular. A cidade se transforma em valor de troca, progressivamente.

Quanto mais avança o modo de produção capitalista, mais a cidade é moldada a seus interesses. A metrópole passa a ser o grande *locus* representativo da acumulação fordista, da aglomeração, da divisão taylorista de trabalho.

O solo urbano, embora produzido coletivamente – e nisso o Estado joga um papel primordial, pois instala os meios de consumo coletivo: equipamentos e serviços como a chamada infraestrutura (água potável, esgotamento sanitário, serviços de eletricidade, limpeza e outros) é apropriado individualmente por aqueles que podem pagá-los. O sistema de transporte coletivo, de ruas (sistema viário e sua manutenção) geralmente são organizados, e muitas vezes, mantidos pelo Estado. Políticas urbanas são regulatórias e indutoras de urbanização e “excludentes” para os mais pobres.

Dessa forma, garantindo as condições de instalação de firmas (de várias naturezas, ou seja, industriais, comerciais ou serviços) facilitando as “condições gerais de produção”, o Estado, com honrosas exceções, disciplinou os trabalhadores em locais de habitação distantes e, na ótica economicista, a “preços acessíveis”, ou seja, em periferias longínquas. O exemplo brasileiro dos conjuntos habitacionais é suficiente para revelar outra questão urbana recorrente: o papel do Estado e das políticas urbanas.

Em síntese, a cidade capitalista dificulta seu consumo para os pobres, pois é vista como capital constante pelos proprietários que usam o “ambiente construído” assim como usaram a máquina na produção fabril. Na ausência de oferta de habitações salubres a preços adequados à demanda, é que surgem soluções precárias como as favelas, os loteamentos clandestinos e suas casas auto construídas na periferia.

E as políticas urbanas acabam, por insuficiência às vezes, e de outras, por atrelarem-se à esteira do capital privado, a reproduzir o modelo que é o de tentar colocar **ordem**, fazer a cidade funcionar

como **máquina**, onde não há apenas desordem e sim, contradição (Lefebvre, 1978).

Mas a cidade industrial é a cidade que reúne a classe trabalhadora, período típico da acumulação fordista com papel importante dos sindicatos e da luta operária. Movimentos sociais, novos atores passam a exercer lutas urbanas, embrião e concretização dos direitos de cidadãos. A consciência dos direitos civis, políticos e sociais – constitutivos da cidadania, mesmo na sua feição burguesa, também passa pelo reconhecimento de que a cidade constitui-se palco privilegiado da luta. Mais que isso, base onde acontecem atividades geradas na produção – a cidade pesa nas “múltiplas determinações”, lutas urbanas, movimentos por água, luz, asfalto; o direito de ocupar as ruas, de transitar por elas, de manifestação, o direito de habitar com dignidade (e a qualidade habitacional extrapola o “teto, parede e piso”, para abranger a localização, a acessibilidade, transporte, equipamentos de saúde, educação, lazer, religião, cultura) de receber serviços básicos, enfim, tudo que deve ser oferecido e desfrutado pelo cidadão, arsenal indispensável à vida moderna, foram sendo incorporados à pauta de reivindicações.

A literatura a respeito dos movimentos sociais urbanos muitas vezes oscilou de um otimismo exagerado (da “nova modalidade da luta de classes”) ao pessimismo (“movimentos simplesmente reivindicatórios, peticionários, pequenos burgueses); muitas vezes se distinguiu entre o “morador” e o “cidadão”, ou seja, o primeiro só querendo “adaptar-se” à cidade do capital e o segundo, tendo consciência real dos direitos e deveres, podendo trabalhar por uma efetiva transformação da sociedade.

Cidade e cidadania, desde a correlação clássica entre “*civilis*” e “*polis*”; são termos indissociáveis. Desde a idéia de que “o ar da cidade liberta os homens” que as cidades, em oposição ao campo feudal eram vistas como espaço de livre manifestação. Mas as cidades transformaram-se em centros de outro tipo de dominação, a burguesa, tendo a propriedade privada (dos meios de produção e da terra urba-

na) como eixo excludente. Os chamados meios de consumo coletivo, por sua vez, muito contribuíram para a desigualdade socioespacial – segregação, confinamento.

Nas configurações contemporâneas, novos ingredientes se somam ao quadro, por si só, já bastante complicado, da cidade capitalista. Aproximando-nos da chamada “Idade da Informação”, novos desafios são postos, mas que não anulam as antigas questões como a da desigualdade, da exclusão, dos efeitos nocivos das políticas urbanas. Só que agora aparecem novas formas, sem terem-se esgotado as anteriores, assim como são percebidos novos enfoques, novas abordagens.

Nesse sentido é que ganham destaque os estudos relativos à globalização, seus efeitos sobre a estrutura social das cidades, aqueles voltados ao papel desempenhado pelas telecomunicações sobre as configurações urbanas e sobre as sociabilidades de seus cidadãos.

Entre vários autores contemporâneos, Gottdiener aponta a dificuldade hoje de se distinguir o campo da cidade, uma vez que a empresa capitalista se assenhoreou de ambos, resultando conglomerados híbridos – ele prefere chamar a **cidade de espaço de assentamento** e, em abordagem multidimensional e multidisciplinar, seu enfoque é profícuo. Com as telecomunicações tão presentes no cotidiano da vida urbana – tanto na produção (acumulação flexível, reestruturação produtiva, espraçamento e horizontalização das plantas industriais, funções de controle e gestão facilitadas pelo computador) quanto na vida privada (não só a internet, como a televisão, a tv a cabo) introduziram mudanças no tempo, na programação do cotidiano.¹

¹ Em artigo escrito em 1995, chamei a essa problemática de A cidade do gelo - ICE, Informação, Computador, Entretenimento, baseando-me nas declarações de especialistas da Andersen Consulting – Infocost – que afirmavam estarmos na nova glaciação e de um novo nomadismo, agora alegre, por conter indivíduos que se deslocariam por prazer, por vontade e não por obrigação de **ir trabalhar**. Nesse artigo discuto a relativa aplicação desse “alegre nomadismo” ao contexto da cidade contemporânea, e no caso brasileiro, aos imensos contrastes com tal maneira de entender o “urbano”.

Talvez se possa dizer que os estudiosos se dividem entre “apocalípticos e integrados” no que tange a globalização e as virtualidades do **Infocosm**, parafraseando U. Eco que à época, referia-se aos meios de comunicação de massa. Mas é inegável, como já afirmado, que novas e velhas questões urbanas se sobrepõem na cidade contemporânea.

Se a tela da TV, e do computador, passam a eliminar a preponderância dos contatos face a face; se a nova janela das casas – a terceira – é a televisão que regula o sono, o despertar, o dia e a noite, mais do que a própria natureza, ou seja, se a topologia eletrônica impregna o ambiente construído, interpenetrando público e privado, não nos esqueçamos que a Revolução Industrial e que a Cidade do período fordista já haviam introduzido grandes modificações: a multidão nas ruas, o semáforo, o relógio, os horários dos bancos, do comércio, o apito das fábricas, já haviam-nos afastado da natureza e colocado no ambiente artificial; novas rotinas, novos valores, a da **Mercadoria**. Simmel, Weber, Marx, Durkheim – até E. Allan Poe, todos na transição para o século XX chamavam a atenção para essa “Segunda natureza” nos termos de Lefébvre.

Mas essa cidade virtual poderá trazer grandes alterações: se com a flexibilização, com a terceirização, etc., os homens passarem a trabalhar em suas casas – se a produção for virtual, teremos uma situação de “não emprego”, “não transporte”, “não segregação”, não importância do sistema viário e maior significado na telefonia e na fibra ótica.

Revolução na cidade e na produção! Contudo, é preciso frisar que esse é um quadro-limite, pois ainda não se generaliza essa situação, em especial se considera a situação da cidade brasileira e São Paulo, como maior cidade do país.

Mesmo o entusiasmo daqueles que vêm na informatização da sociedade grandes potencialidades na luta pela cidadania (por exemplo, de uma favela pode-se acessar ao Louvre pela internet), não dá para anular as profundas desigualdades sociais, embora possa vir a constituir-se canal de comunicação e educação.

Em se tratando da cidade brasileira, mais ainda se faz necessário recorrer ao arsenal clássico para entendê-la e depois atualizá-lo.

Alguns autores têm trazido um novo paradigma a mostrar que algumas cidades acabam sendo importantes nos 10% da economia mundial, como pontos nodais de articulação econômica e cultural – exercendo papel importante: como base de capital financeiro, centro de institutos de pesquisa e tecnologia, universidades; sede de empresas transnacionais e bancos, sede de serviços especializados, volume de viagens internacionais etc. Essas características, atribuídas como um novo “paradigma” – o das cidades globais – acaba por resultar em descrição de atributos e enlaçar efeitos sobre a estrutura social.

Apesar de criticar a aplicação pura e simples do “típico”, indiscriminadamente a quaisquer cidades originadas de continentes ou estágios tão diferenciados de desenvolvimento, reconhecemos que há traços pertinentes no modelo. Mas é preciso contextualizar historicamente cada cidade, seu papel regional, nacional – e local, sempre além do internacional. (Vêras, 1997).

Preteceille (1994) nos alerta para não deduzirmos que há efeitos diretos e mecânicos da globalização sobre a estrutura social das cidades. Nesse sentido, é preciso contextualizar — fragmentação e homogeneização caminham juntas. (Vêras, 1997).

No que tange às demais questões contemporâneas e que são percebidas de forma inusitada, podem ser citadas a questão da territorialidade, das alteridades e a do direito às diferenças.

A aglomeração urbana tem provocado processos de territorialização e desterritorialização. A cidade capitalista tende a expulsar moradores – e o território é uma conquista do cidadão. Mais que espaço físico, é espaço de construção social, identitário. A cidadania consiste no direito de ir e vir, mas também no direito de permanecer, se assim o quiser. Dessa forma, o nomadismo dos desterrados, desalojados, só seria aceitável se fosse opção. Não é o que tem ocorrido; infelizmente, com camponeses, favelados, índios e inquilinos despejados ou até a-

queles desapropriados, na voragem do capital financeiro e imobiliário em remodelar a cidade capitalista.

Apesar de alguns autores, como Jordi Borja (1990), entre outros, enxergar a grande cidade como um ambiente cálido, laboratório de idéias e culturas, a fazer frente aos frios mecanismos do mercado e da democracia formal, não se pode esquecer que a cidade capitalista mantém suas contradições.

É nesse cenário que se destaca a questão da alteridade no enfrentamento do **Outro**, em seu sentido ampliado, como o não familiar, o estranho e o estrangeiro. Nesse sentido, a desigualdade socioeconômica – também cultural e política – determina quem é **outro**, utilizando-se de argumentos racistas e xenófobos (Véras, 2001).

É também nessa direção que se coloca a discussão contemporânea do **direito à diferença**, pois, tão caro às esquerdas, poderá ser argumento também utilizado pela direita para manter as desigualdades.

Na cidade contemporânea cruzam-se novas e velhas questões, cuja raiz encontra-se sobremaneira, na apropriação desigual do ambiente construído, da cidade da velocidade, transformada em um conjunto de trajetos e itinerários, fluxos e rotinas, pragmáticos objetivos da rapidez da circulação de dinheiro, força de trabalho e capital. Não se trata do lugar, da memória, do identitário. Não são “lugares” – mas conjunto de “lugares” e “não lugares” nos termos de Marc Augé.

Por isso é preciso lutar pela memória, pelo direito ao território, ao lugar, à dignidade do espaço de viver e trabalhar, como conquista de cidadania, se não como processo emancipatório, ainda, mas como indispensável processo regulatório.

Uma cidade é um lugar em que as pessoas podem aprender a viver com desconhecidos, compartilhar experiências e interesses não familiares. A uniformidade embrutece enquanto a diversidade estimula o espírito. A cidade também oferece a seus moradores a possibilidade de desenvolver uma consciência de si mais complexa e mais rica (...) não são submetidos a um esquema de identidade imutável. As pessoas podem desenvolver imagens múltiplas de suas identidades, na medida em que o que são varia de acordo com as pesso-

as com quem convivem. Aí está o poder da diversidade – a liberdade de uma identificação arbitrária”, (Sennet, 2002), ou DiverCidade (Vêras, 2001).

DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAIS

O tema Exclusão Social não é novo no Brasil. Embora se possa falar hoje da “nova pobreza”, de novos processos sociais contemporâneos e se faça sentir entre nós a influência dos debates europeu e americano sobre o assunto, nossa história traz capítulos freqüentes de dominação de vastos segmentos populacionais sem cidadania. Como diz José de Souza Martins,² nossa cultura barroca de fachada, com base na conquista, exclui índios, camponeses no campo e, na cidade, migrantes, favelados, encortiçados, sem teto, etc., em uma fenomenologia bastante conhecida.

O debate sobre o conceito de exclusão social, contudo, vem ganhando novos contornos na etapa contemporânea em que os ditos pensamentos sociológico europeu e mesmo o norte-americano passam a conhecer mais de perto processos já familiares à realidade latino-americana e, mais particularmente, à brasileira. O tema nos faz lembrar, pelas controvérsias que suscita, a frase conhecida: *No creo em brujas, pero que las hay, las hay.*

O termo exclusão acabou por ser algo duplamente interpretado. De um lado, conceito tão amplo, espécie de palavra-mãe (conceito horizonte) que abriga vários significados para reunir pessoas e grupos que são abandonados, desafiados (Castel, 1998),³ deixados de lado, desqualificados (Serge Paugam, 1999) quer do mercado de trabalho quer das políticas sociais etc. De outro ângulo, é um conceito equivocado, atrasado, desnecessário.

O tema da exclusão social, que explodiu na França no início da década de 90, dirigia-se a variados objetos aos jovens da periferia, aos

² José de Souza Martins (1993) *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec.

³ R. Castel (1998) *As metamorfoses da questão social*. Tradução de Iraci Poletti. Petrópolis: Vozes.

desempregados, aos moradores de rua (*sans abris*) e assim por diante, refletindo o debate sobre diversas formas de miséria, dominando a mídia e o discurso político desse país de Primeiro Mundo que passava a enfocar mais detidamente a “nova” questão social.⁴

Entre nós, contudo, o debate sobre a pobreza, miséria, exclusão, não-cidadania, marginalidade, opressão, desigualdade e diferença é bastante freqüente e, pode-se dizer mesmo, que os discursos científicos sobre a realidade brasileira, muitas vezes, acoplaram a análise da questão social (sob diferentes abordagens teórico-metodológicas) às interpretações relativas à situação histórico-estrutural do país: dependência, subdesenvolvimento, falência das políticas sociais, crise do Estado Nação, Estado mínimo.

Pretende-se abordar, nesta breve discussão, os diferentes significados dos termos utilizados no debate brasileiro sobre a questão social: pobreza, marginalidade, exclusão social, em especial nas suas manifestações urbanas.

A primeira idéia a destacar é a de fratura ou ruptura social se, como diz Castel,⁵ a questão social desafia a capacidade de uma sociedade de existir como um conjunto, de existir com relação de interdependência e de escapar do risco de fratura. Assim também, Paugam usa o termo desqualificação social para um processo multidimensional que designa como indivíduos vão perdendo sua posição na sociedade inclusiva, objetiva e subjetivamente em um suceder de precarização profissional e diferentes situações que podem levar à ruptura dos vínculos sociais.⁶

No caso do Brasil, a conquista (ou colonização) já enuncia a primeira dominação. O período colonial se caracteriza pela dominação burguesa, submetendo indígenas, camponeses, escravizando os

⁴ R. Castel. *As armadilhas da exclusão social*. Tradução de Cleisa Moreno Maffei Rosa e Mariângela B. Wanderley et al. (Org.) *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

⁵ Idem, 1998.

⁶ Serge Paugam (1991) *La desqualification sociale*. Paris: Presses Universitaires de France. In: Vêras, Maura (ed). *Op cit.*, 1999.

primeiros, depois os negros. Formas assimétricas marcam as nossas relações sociais: desigualdades econômicas, de gênero, étnicas, religiosas, culturais. Na sua multidimensionalidade, a questão social se põe no Brasil como um problema de 500 anos, hoje agravado com as novas feições do capitalismo “globalizado”.

Em sugestivo trabalho, L. E. Wanderley sinaliza com clareza:

Minha tese é a de que a questão social abrange determinados elementos que historicizam a problemática geral, abrangendo outros componentes essenciais que serão aqui entendidos como partes constituintes do seu significado. Seminalmente ela vai emergir com o tema indígena e, logo após, com o tema da formação nacional, ainda que não sejam compreendidas assim pelos nossos olhos de hoje. E vai se desdobrando e se problematizando nas temáticas negra, rural, operária, da mulher (...) Mesmo no caso de sua convergência com a significação européia, por ocasião da implantação do capitalismo industrial no continente [latinoamericano], ela porém será fortemente condicionada por essas proposições histórico-culturais (...) mantendo especificidades(...)7.

Indígenas banidos, massacrados, escravizados e depois transformados em “minorias” e em dependentes tutelados. Apesar dos direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988 - *é reconhecido o direito de organização social, costumes, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*⁸ - os indígenas ainda clamam por sua cidadania – na sua resistência, lutas por identidade, memória, começando a participar de partidos, associações, revisão de terras, acampamentos nas cidades, buscando aliados em países de outros continentes que apoiem suas causas.

Também nossas relações sociais continuam fraturadas por várias questões como as de etnia, gênero e identidade. A forma de nossa colonização engendrou diferenças de raças, classes, simbolizadas na mestiçagem. A noção de alteridade é muito significativa aqui para ex-

⁷ Luiz Eduardo Wanderley. *A questão social no contexto da globalização – o caso latinoamericano e o caribenho*. In Mariângela B. Wanderley *et al.*, 1997, p. 60.

⁸ Prieto (1993), *apud* Wanderley, *op. cit.*

plicar as relações de xenofobia e estranhamento diante do Outro (estrangeiro, imigrantes), uma nova questão nacional.

Touraine declarava o contraste entre o pensamento latinoamericano e o europeu; este se organizou durante muito tempo em torno do tema das classes sociais como centralidade. *Na América Latina, a dualização da economia e da sociedade introduz uma dualidade de noções: a nação é o espaço dos cidadãos, a massa é o modo de existência dos excluídos. O povo é a imagem mítica de uma reunificação desejada, mas longínqua de sociedade.*⁹

A situação do negro na sociedade brasileira permanece como uma das mais graves e perversas fraturas: a escravidão (que era tolerada pela Igreja, apesar de vozes isoladas contrárias), encarando-os como capital fixo ou circulante, na sua produtividade e seus custos. E essa situação extrapolou o século XIX, marcando a inserção do negro no século XX. Ainda hoje, discriminação e preconceito são visíveis no mercado de trabalho e na segregação urbana. Hoje, movimentos de defesa, resgatar raízes, são freqüentes.

Sem apresentar o mesmo tipo de gueto de Los Angeles ou Chicago, a cidade brasileira apresenta seus enclaves étnicos. Nos Estados Unidos, o conceito de raça é evidente e não é negado (basta ter ascendente negro e é assim considerado), diferentemente do Brasil, onde, conforme Silva,¹⁰ a própria importância da raça como categoria analítica é questionada, canalizando a interpretação do enclave étnico para uma questão econômica apenas.

Deve-se registrar, ainda, a questão feminina, por alguns considerada a mais radical, antiga, muitas vezes acoplada à questão étnica (índigena e negra) que hoje ganha grande visibilidade política.

⁹ A. Touraine (1989) *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, p.91, *apud* L. E. Wanderley, *op. cit.*, p. 84.

¹⁰ M. Nilza Silva (1999) *Mulheres negras: o preço das trajetórias de sucesso*. Dissertação de Mestrado, PUCSP.

Camponeses, migrantes e, nas cidades, favelados, encortçados, moradores das periferias têm constituído vários aspectos do que se chamou de excluído, marginalizado.

Procuraremos, aqui, situar o debate no Brasil, com breves sínteses das posições atuais dos principais autores que pensaram o assunto entre nós, acompanhadas de uma compilação para apresentar o estado da arte do principal da discussão internacional.

Sem pretender aqui explorar as várias concepções de marginalidade¹¹ que vigoravam nos anos 70, é necessário, contudo, apontar referências significativas. Não assumindo o dualismo¹² “atrasado e moderno”, não-integrado, rural x urbano, os estudos, então, passaram a ver as relações econômicas e sociológicas inerentes ao capitalismo como¹³ constitutivas do sistema produtivo. As populações marginais aparecem, nesse contexto, como conseqüência da acumulação capitalista, um exército industrial de reserva singular.

Os estudos de L. Kowarick voltam-se aos contingentes espoliados na cidade capitalista (favelados em especial) como despojados dos direitos mínimos de vida digna, sem cidadania, excluídos dos benefícios urbanos.

Cabe destaque, no panorama dos anos 70, ainda, aos trabalhos de Manuel T. Berlinck, Marialice M. Forachi, ao volume organizado

¹¹ O termo parece ter sido usado pela primeira vez por R. Park (*Human migration and the marginal man*, 1928), fiel aos princípios da Escola de Chicago, já esboçados nesta introdução. Entre outros, verificar F. H. Cardoso *et al. Sobre teoria e método em sociologia*. São Paulo: Cebrap, 1971, em esp. Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade: Luiz Pereira. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971, em esp. Populações marginais: Maria Célia Paoli. *Desenvolvimento e marginalidade*. Livraria Pioneira Editora, 1974.

¹² Cf. Francisco de Oliveira. *A economia brasileira: crítica à razão dualista (1981)*, em que critica teses cepalinas, procurando reverter análises brasileiras centradas na descrição do “subdesenvolvimento” e que atribuíram nossos males à existência de “2 brasis”. Destaca a importância de F. H. Cardoso e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970). Também José Nun, Aníbal Quijano, Luiz Pereira são referências nesse sentido.

¹³ *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. (1975) Rio de Janeiro: Paz e Terra e *A espoliação urbana*. (1979) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

por Cândido Procópio F. Camargo e finalmente Janice Perlman e Ermínia Maricato.¹⁴

Berlinck analisa as condições de vida dos segmentos pobres dos trabalhadores em São Paulo, sua sociabilidade e múltiplas formas de sobrevivência e resistência. Entre as prioridades, então, constavam a busca de moradia, legalização de documentação, emprego e alimentação.

Nota-se no período, pois, a grande concentração de estudos sobre a questão da moradia – favelas – quer no Rio de Janeiro quer em São Paulo. É nessa década que surgem os primeiros estudos sobre favelas em São Paulo (o primeiro cadastro municipal ocorre em 1973),¹⁵ como se elas fossem sintomas inequívocos dessa “exclusão” urbana.

Os trabalhos de Marialice Foracchi, falecida em 1972, voltavam-se aos temas da juventude, da participação política estudantil e aos temas educacionais, de maneira geral. Trata, pois, do destaque entre participação/exclusão e pesquisa aspectos ligados ao desemprego, subemprego e àqueles que não participam criativamente da produção. Usa como critério a participação no mercado de trabalho e o sistema de carências.

Foi referência marcante à época, o trabalho de equipe para a *Comissão Justiça e Paz* da Arquidiocese de São Paulo. Em especial, os

¹⁴ Manoel T. Berlinck. (1975) *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis: Vozes. Cândido Procópio F. Camargo et al. (1975) *São Paulo 1975 – crescimento e pobreza*. São Paulo: Ed. Loyola. Marialice Foracchi (1982) *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec. Janice Perlman (1977) *O mito da marginalidade urbana – favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Trad. W. Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

¹⁵ No Rio de Janeiro, Lícia Valladares é referência no estudo das favelas e das políticas habitacionais, com o livro *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Zahar (1978). Como organizadora e pela Zahar do Rio de Janeiro, Valladares publicou ainda: *Habitação em questão (1980)* e *Repensando a habitação no Brasil (1983)*. Em São Paulo, Relatório *Favelas no Município de São Paulo*. São Paulo: Sebes, redação final de Maira Vêras, 1975, Série Cadernos Especiais nº 1. Suzana P. Taschner. *20 anos de habitação popular*. Cadernos 23 – LAP/FAUUSP, 1998. Eva Blay. (org.) *A luta pelo espaço*. São Paulo: Brasiliense, 1977. Daniel Hogan. (org.) *Cidade – usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978. Ermínia Maricato. (org.) *A produção capitalista da casa e da cidade*. São Paulo: Alfa e Omega, 1979.

trabalhos de Lúcio Kowarick e Paul Singer se dirigem à caracterização das “populações” pauperizadas no caos urbano.¹⁶

A publicação de *O mito da marginalidade* (Janice Perlman, 1978) foi decisiva para a reconceituação do tema da marginalidade e da participação, explicitando que a visão funcionalista não captava os vínculos estruturais da economia e da sociedade dependentes da América Latina. Aparece, assim, a marginalidade como conseqüência de um modelo de desenvolvimento (e subdesenvolvimento) e que (...) *tem como característica básica a exclusão de vastos setores da população de seu aparato produtivo principal*.¹⁷

Ermínia Maricato mostra a dificuldade na conquista da cidadania pelo morador da cidade de São Paulo, dando destaques às questões espaciais como a produção da casa (a autoconstrução), o uso do solo na cidade capitalista (P. Singer), a renda da terra. Nesse sentido, chama a atenção para as formas de viver das camadas “excluídas”, espoliadas dos benefícios urbanos.

Nos anos 80, na chamada “década perdida”, ao contrário dos anos 60 e 70, quando se chamava a atenção para os favelados e para a migração como figura emblemática dos “excluídos” na cidade, pelo aumento da pobreza e da recessão econômica, ao mesmo tempo em que se vivia a chamada “transição democrática”, chama-se a atenção para a questão da democracia, da segregação urbana (efeitos perversos da legislação urbanística), a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais, as lutas sociais. Em especial, discute-se a questão espacial, o território, a cidadania. Continuam os estudos sobre a questão habitacional (em São

¹⁶ Verificar Lúcio Kowarick. A lógica da desordem. In: *Espoliação urbana*. (1979). Paul Singer (1976) Economia Política da urbanização.

¹⁷ Janice Perlman. *Op. cit.*, p. 195 (grifos nossos).

Paulo, a crise do BNH, favelas, loteamentos clandestinos e cortiços) e a “exclusão” política da vida sindical dos trabalhadores, da vida civil.¹⁸

Sem querer pretender expor aqui a vasta produção dessa década, citam-se algumas principais referências nos autores Milton Santos, Lúcio Kowarick, Pedro Jacobi, José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira, Eva Blay, Lícia Valladares, Alba Zaluar, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Paul Singer¹⁹ e outros. Deve-se fazer referência também a Michelle Perrot, cujo livro – *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* – foi traduzido por D. Bottman para a Paz e Terra em 1988.

Entre a vastíssima obra de Milton Santos, versando sobre muitos temas correlatos, a urbanização (a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos), as relações entre espaço e cidadania.²⁰ Pretendendo contribuir para a redemocratização brasileira, o autor chama a atenção para o peso do “lugar”, do território (intraurbano, sobretudo) e, desse ângulo, a questão da cidadania.

O componente territorial implica não só que seus habitantes devam ter acesso aos bens e serviços indispensáveis, mas que haja uma adequada gestão deles, assegurando tais benefícios à coletividade. Aponta que o terceiro mundo tem “não cidadãos” (particularmente o “milagre econômico brasileiro” agravou os contrastes entre massa de pobres e a concentração de riqueza), porque se funda na sociedade do consumo, da mercantilização, em alienação, em cidadania mutilada.²¹ *Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território (...). A possibilidade de ser mais*

¹⁸ Entre muitos autores, M. de Lourdes M. Covre (org.) *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986, em que participo, juntamente com Nabil Bonduki, tratando da questão habitacional, as políticas oficiais e as lutas pelo direito à moradia.

¹⁹ Paul Singer (1980) *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense. Em especial: Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina.

²⁰ Milton Santos (1987) *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.

²¹ Milton Santos, *Op. cit.*, p. 19. O autor não utiliza explicitamente o termo exclusão.

*ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”.*²²

Esse componente espacial da pobreza, pois, resolver-se-ia pelo direito à mobilidade e a acessibilidade seria condição de cidadania. *Há em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa onde mora, isto é, para mudar de bairro e que pode ser explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos.*²³

As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania.²⁴

É curioso que a cidadania, por outro lado, é também o direito de permanecer no **lugar**, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória. O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelados (remoção por obra pública, reintegração de posse), encortiçados (despejos, remoção, demolições), moradores de loteamento irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito às raízes.²⁵

Pedro Jacobi desenvolve seus trabalhos sobre a questão dos movimentos sociais urbanos e as carências de habitação, equipamentos de saúde, escola, lazer, enfim, dos serviços urbanos. Assim, a exclusão aparece como não-acesso aos benefícios da urbanização.²⁶ Mostrando a situação de periferização das classes populares, a segregação, como frutos da urbanização espoliativa, e onde a *tônica dominan-*

²² *Ibidem*, p. 81.

²³ *Ibidem*, p. 85.

²⁴ *Ibidem*, p. 112

²⁵ Cf. Maura Vêras. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 1 – 1 Seade, São Paulo, 1987.

²⁶ Pedro R. Jacobi. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. Revista Espaço e Debates, ano 2, nº 7, São Paulo, NERU, 1982, p. 53-70.

te é a exclusão de grande parcela da população dos benefícios urbanos.²⁷ Nesse sentido, favelas, cortiços e loteamentos clandestinos aparecem como testemunhas da dinâmica excludente na cidade de São Paulo²⁸ e provocam mobilizações populares, lutas sociais.

Também Lúcio Kowarick prossegue na produção de conhecimento sobre as diferentes formas excludentes da questão urbana. Sua tese de livre-docência aborda a contribuição das categorias de trabalhadores – escravos, párias e proletários²⁹ - e, em outra obra, analisa sobretudo **as lutas sociais que ocorrem na cidade**.³⁰ Neste caso, o interesse vai para os processos de redemocratização da sociedade, focando várias experiências, diversas construções de identidade dos grupos populares ao se mobilizarem reivindicando sua cidadania. Situando São Paulo como metrópole do subdesenvolvimento industrializado, vão percorrendo, na história da cidade, as crises de moradia, as periferias, as greves, o espaço político do sindicato e os movimentos de reivindicação urbana.

Por outro lado, a pesquisa sobre a população de rua se inicia nos finais da década de 80 e irá acrescentar novos elementos ao debate que se desenvolve na última década do século.

No caso brasileiro, o exame da totalidade de trabalhos sobre o tema nesta década não caberia neste breve ensaio. Limitamo-nos a apontar algumas referências, mas que são significativas na construção e no debate dessa questão social hoje.

Iniciamos o debate com a sugestiva proposta de José de Souza Martins,³¹ segundo a qual o termo **exclusão social** passou a ser um ró-

²⁷ *Ibidem*, p. 53.

²⁸ L. Kowarick. (1985) O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In *Cidade, povo e poder*. São Paulo: Cedec, Paz e Terra. L. Kowarick, Clara Ant e Maura Vêras. (1980). *O cortiço – sua história e atualidade*. São Paulo: Sempla. (mimeo)

²⁹ Publicado como *Trabalho e vadiagem – origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

³⁰ Idem. *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Este trabalho foi revisto e ampliado em 1994.

³¹ (1997) *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus.

tulo – deus/demônio – responsável e explicativo de tudo e por tudo, no debate dos anos 90. Criticando acerbamente a prática corrente em rotular fantasiosa e rigidamente, esse Autor procura, nesta obra, contrapor o rótulo às referências do vivido e descobrir, ao falar aos educadores populares, as

brechas que se abrem na práxis de um vivido capaz de transformar a vida e o mundo e dar sentido à esperança radical do homem que se humaniza e se liberta a si mesmo de carências, de pobreza, na luta de todos os dias, vivente de distintos tipos de exclusão.³²

Nesse sentido, a crítica se faz à “coisificação e fetichização” conceitual, pois que esta conduziria menos à **expressão** de uma prática e mais a **indução** a uma prática. Definindo-se em perspectiva sociológica e política – e, nesse sentido, afastando-se de privilegiar enfoques e reducionismos economicistas – justifica ser esse o âmbito da intervenção eficaz da sociedade civil, do povo e daqueles que são *vagamente definidos como excluídos*, porque é nesse campo que são reivindicados os direitos sociais. Nesse sentido, a reflexão sociológica, abordando a relação política entre sociedade e Estado, foca as contradições que poderiam criar condições de ação eficaz dos dominados.

Visto desse ângulo, o reducionismo interpretativo do conceito de exclusão à economia substitui a idéia de **processo de exclusão** (integrativa ou modo marginal de inserção).

O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores?” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-os dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestam em face de privações, injustiças e carências.³³

Chama-se a atenção, aqui, para que o termo exclusão seja concebido como expressão das contradições do sistema capitalista e não como estado de fatalidade. E é preciso vivenciar a **contradição** que se

³² Martins, J. de S. *Op. cit.*, p. 10.

³³ Martins, J. de S. *Op. cit.*, pp. 16, 17.

expressa na exclusão, desenvolvendo algum nível de consciência da contradição que se vive ao agir.

Há um conceito correlacionado intimamente à exclusão que é o de **pobreza**; mas esta, hoje, mudou de nome e de forma. Além de ser a **privação**: de emprego, meios para participar do mercado de consumo, bem-estar, direitos, liberdade, esperança e outros itens necessários à vida digna, a pobreza recebe, hoje, uma dimensão moral, não oferecendo mais alternativa e nem mesmo a possibilidade remota de ascensão social. Mesmo havendo certa relatividade na demarcação entre ricos e pobres, parece haver uma condenação irremediável à pobreza, o que faz que os pobres prefiram não se reconhecer como tais. *O discurso redutor do caráter redentor da pobreza digna já não comove nem convence.*³⁴

Martins aponta que, no Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e, sim, políticas de **inclusão precária e marginal**, ou seja, incluem pessoas nos (...) *processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital.*³⁵

Dessa forma, atenuam o caráter perigoso das classes dominadas que, assim, vêem-se menos inclinadas ao conflito social, adequando-as ao funcionamento da ordem política, em favor dos dominantes.

A nova desigualdade, portanto, necessita ser analisada através de uma “fenomenologia dos processos sociais excludentes”, porque, além de se produzirem e (re)produzirem relações marginais, cria-se também um universo ideológico no imaginário da sociedade de consumo. O exemplo citado por Martins é o de que, através do mesmo toque de botão de televisão, há a capacidade de transportar-se o favelado e o milionário, simultaneamente, ao mesmo mundo fantasioso e

³⁴ *Ibidem*, p. 19.

³⁵ *Ibidem*, p. 20.

colorido das ficções da comunicação de massa, permitindo certa unificação ideológica, apesar das desigualdade material.

O destaque dado pelo Autor à força da colonização do imaginário do homem comum, através do consumismo dirigido, dirige-se à caracterização de que a nova desigualdade gera dois mundos, uma sociedade dupla, de duas partes que se excluem reciprocamente, mas parecidas por conterem algumas mesmas mercadorias e as mesmas idéias individualistas e competitivas. Só que as oportunidades não são iguais, o valor dos bens é diferente, a ascensão social é bloqueada. Apesar disso, um bloco de idéias falso, enganador e mercantilizado acentua para o *homem moderno colonizado* que passa a imitar, mimetizar os ricos e a pensar que nisso reside a igualdade.³⁶

É a sociedade da “imitação, da reprodutibilidade e da vulgarização, no lugar da criação e do sonho.

Em síntese, considerando que o conceito de exclusão é um equívoco, uma fetichização que retrata imperfeitamente processos de inclusão, precária, instável e marginal, no conjunto das dificuldades e dos lugares residuais na sociedade atual, Martins conclui que a palavra exclusão não é nova. A sociedade capitalista nasce com excluídos; é sua máxima respeitar o mercado, desenraizando e brutalizando a todos – essa é a sua regra estruturante – para depois incluir, segundo sua própria lógica. O camponês, por exemplo, vai para a cidade pretendendo ser operário industrial. Só que a nova dinâmica capitalista **exclui e demora para incluir** e aí começa a tornar visível o que se chamou de **exclusão**. Em outras palavras, o momento transitório da passagem de exclusão está se transformando num modo de vida que permanece: o modo de vida do excluído que não consegue ser reincluído. E tal modo de vida compromete sua dignidade, sua capacidade de ser cidadão, sua condição humana, do ponto de vista moral e político.

³⁶ Ver Morin, E. (1969). *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense e também Lefébvre, U. (1972) *La vida cotidiana em el mundo moderno*. Madri: AlianzaEditorial.

Além da humanidade formada de integrados (ricos e pobres), inseridos de algum modo no circuito das atividades econômicas e com direitos reconhecidos, há uma outra humanidade no Brasil, crescendo rápida e tristemente através do trabalho precário, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, tratados como cidadãos de segunda classe (*underclass* na leitura anglosaxônica, “excluídos” na francesa).

Entre esses dois mundos, uma fratura cada vez maior e difícil de ultrapassar.

Sem pretender explorar aqui vasto assunto, da cidade global, destacamos a questão social envolvida na problemática das grandes cidades e seu papel internacional. Vários autores têm relacionado como uma de suas principais características uma **dualização social** (Castells e Mollenkof) ou uma **polarização social**, ou seja, aqueles, que apostam que a globalização e a financeirização da economia se fazem sentir sobre a estrutura social das cidades, apontam que o mercado de trabalho se fratura, fazendo aumentar a procura daqueles indivíduos altamente qualificados, exigidos pelo setor de ponta da economia, e ligado aos serviços especializados, à gestão e controle do capital, às atividades tecnológicas avançadas. Em contrapartida, os não-qualificados tenderiam a ser “sobrantes”, operários industriais outrora qualificados são agora residuais. Classes médias tenderiam a diminuir, substituindo a representação gráfica clássica da pirâmide social por um tipo de sociedade de contorno de ampulheta, com dois pólos configurados e estreitando-se os seus médios.

Embora esse modelo possa ser relativizado e se deva sempre contextualizar a cidade mundial de que se trata, porque as coordenadas histórico-sociais pesam, bem como as relações com a economia nacional e regional, bem como o papel do Estado-nação não pode ser desprezado, é indiscutível que se assiste hoje a esses traços presentes em muitas cidades mundiais.

Como vimos, Preteceille³⁷ afirma que a cidade global não segue apenas um único modelo e que os efeitos da globalização não são diretos e nem vão sempre no mesmo sentido. Assim, a polarização social pode acontecer em algumas delas, mas também ocorrem segmentação e fragmentação. Desse modo, o desenvolvimento do comércio, do terciário sofisticado, as funções da pesquisa e o desenvolvimento das empresas, os serviços subsidiários,, podem também aumentar e desfigurar o anunciado modelo de ampulheta da chamada polarização, pela presença de estratos médios, superiores e inferiores da estrutura social.

Refletindo sobre essa nova etapa vivida pelo mundo global, Francisco de Oliveira³⁸ identifica que se chegou a limites superiores do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido seus patamares mínimos: *vanguarda do atraso da vanguarda*. Pensar a América Latina, por exemplo, deve ser feito não apenas levando em conta suas contradições internas, mas também o cruzamento com o capitalismo internacional, para que se dê conta da *singularidade do subdesenvolvimento*. A primeira das características da vanguarda do atraso estaria na incapacidade regulatória do Estado que perde a possibilidade de regulamentar o sistema econômica em suas áreas político-territoriais e se torna *presa fácil da violência privada (...)* e que as classes dominantes nacionais acabaram por **dissolver-se no amplo conjunto das forças dominantes em nível global (...)** Mas isto não se fez sem um alto preço a pagar pelas classes dominadas (...) a característica central da contradição latino-americana, explicitada e posta em marcha pelas políticas econômicas chamadas neoliberais, é a exclusão.³⁹

³⁷ Cidades globais e segmentação social. In: Queiroz Ribeiro, L. C. e Santos Jr., ° (1994) *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

³⁸ Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. Texto preparado para a conferência magistral no XXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA – ALAS – São Paulo, setembro de 1997.

³⁹ Oliveira, F. de *Op. cit.*, p. 6-7 (grifos nossos).

Sem que tivéssemos conhecido propriamente um Estado de *Welfare*, políticas ditas integradoras pouco incluíram. Na América Latina, as taxas de desemprego aberto e disfarçado alcançam níveis entre 30% e 50% da PEA⁴⁰ e, apesar da euforia do Plano Real, e após a sua crise, a erosão salarial e a falta de reajuste desmentem o sucesso da política anti-inflacionária. Abre-se para o capital financeiro estrangeiro especulativo, aumenta a dívida externa e interna, consumindo boa parte dos recursos fiscais. A armadilha se completa. O círculo se fecha. A condição do êxito da política monetária é garrotear qualquer gasto social e, por isso, não política social.

Em países como os nossos, com desigualdades abismais entre as várias classes sociais, esse tipo de política transforma-se em exclusão; antes o termo poderia ser contestado, posto que, mais mal do que bem, assim mesmo as políticas tentavam incluir progressivamente as populações e classes sociais no mercado, na cultura, na cidadania, enfim, a integração se dava por formas excludentes que criaram as grandes maiorias pobres da América Latina; os vários recortes do mercado de trabalho mostravam essa integração por exclusão: negros no Brasil, mulheres em toda a América Latina, os índios de variada extração na América Latina, os mestiços, a infância, as cortes generacionais (...) O mercado reificava como atributos dos indivíduos e das classes o que eram as taras históricas da desigualdade e da não-cidadania na América Latina.⁴¹

Atualmente, criou-se até o neologismo “inempregáveis” para referir-se aos contingentes que, na nova ordem globalizada em que se insere o Brasil, não terão nenhuma vez, uma certa visão fatalística de que a chamada reestruturação produtiva dividirá os grupos entre assimiláveis (empregáveis) e largo grupo excluído. Francisco de Oliveira estima que cerca de 50% da população economicamente ativa estariam condenados à “marginalização”.

A exclusão social, assim, aparece como a face econômica do neoliberalismo globalizado na América Latina e no Brasil e para ela não há nenhuma política assistencialista porque, segundo Oliveira, as classes dominantes desistiram de integrá-la quer à produção quer à ci-

⁴⁰ F. Oliveira. *Op. cit.* População economicamente ativa, p. 8.

⁴¹ *Ibidem*, p. 9-10.

dadania. Pretendem, sim, é segregar, confinar, em verdadeiro *apartheid* entre classes, um crescente distanciamento e incomunicabilidade, traço construído socialmente.

Surge uma nova estamentalização da sociedade fragmentada, havendo uma certa sociabilidade da apartação e do confinamento e a “comunicação mediática” substitui a construção da esfera pública, pois, muitas vezes, a denúncia e o acompanhamento de questões públicas, desde as guerras até as CPIs, se transformam apenas em espetáculos; a mídia se autodeclarando vigilante dos interesses populares (ou direitos humanos, às vezes), evidenciando-se, assim, a fratura da realidade social e substituindo o *monopólio legal da violência em monopólio privado da violência*.⁴²

E os pobres passam a desconfiar de si próprios, numa culpabilidade popular: caminhando sobre o chão pavimentado pelo preconceito dos pobres contra os pobres, as classes dominantes no Brasil começaram a extravasar uma subjetividade anti-pública que segrega, elabora pela comunicação mediática uma ideologia anti-estatal,⁴³ fundada no grande desenvolvimento capitalista, na desindustrialização, na terceirização superior, na dilapidação financeira do Estado e da imagem de um Estado devedor. E, assim, segrega-se a idéia da “desnecessidade” do público. O mercado parece sobrepor-se ao Estado, sugerindo que as burguesias brasileiras acreditam que podem passar sem ele porque pensam que já o Estado depende delas ou da própria associação entre si e o capital internacional.

Dessa forma, acredita F. de Oliveira que o sentido mais profundo da exclusão está ligado ao desejo dos burgueses brasileiros de mostrar que os dominados são diferentes, segregando-os, nem se preocupando mais em legitimar sua dominação na clássica fórmula de coerção e consenso. Deixam-nos à parte, proibindo o dissenso, por-

⁴² O autor faz aqui referência ao conceito de Estado em M. Weber – (1970) *Política como vocação*. São Paulo: Ed. Cultrix. – como o detentor do monopólio legal da violência.

⁴³ Oliveira, F. de. *Op. cit.*, 1997:15.

que o “social” deve subordinar-se ao econômico e aproximando-se mais de totalitarismo que de hegemonia (em termos Gramscianos).

O *apartheid* se caracteriza pela criação de um campo semântico em que os significados dos direitos e conquistas civilizatórios, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos são transformados em fatores causais da miséria, pobreza e exclusão, em obstáculo ao desenvolvimento econômico e mais, são transformados em ausência de cidadania. A proteção social, por exemplo, transforma-se em “custo Brasil”.⁴⁴

Outro autor, partindo de uma preocupação de construir epistemologicamente – e sociologicamente – o conceito de exclusão social, Luciano Oliveira acaba por concordar com várias das posições até aqui esboçadas pelos autores citados e oferece um bom panorama da questão, em interessante artigo.⁴⁵

Citando que o fenômeno assume feições dramáticas, também no mundo desenvolvido (o caso da França é importante registro por trazer expressões dirigidas às pessoas pobres como “quarto mundo”, nova pobreza e a própria exclusão, desde os anos 60), e parece reconhecer uma especificidade gerada a partir da década de 80, como um desemprego estrutural que é quase um subproduto do próprio avanço científico e tecnológico (que libera mão-de-obra) e da precarização de relação de trabalho. No Brasil, sobretudo, há uma nova cisão que é a de incluídos x excluídos.

Como já foi exposto por outros autores, o balanço dos diversos significados atribuídos ao termo demonstra uma ampla difusão de usos, abrangendo desde o sentido de minorias (negros, homossexuais, deficientes físicos), como desempregados, pobres, sem-habituação, sem-teto etc. Tradicionalmente, o termo se aplicou a favelados, menino de rua, catadores de lixo, periferias, um *lumpen*, ou a um certo tipo de privação, discriminação ou banimento.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁵ Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, nº 33, ano 12, fevereiro de 1997, p. 49-60.

Se a exclusão, *lato sensu*, quase permanentemente esteve ligada ao modo de produção capitalista, como já visto, contemporaneamente pode-se falar de uma “nova exclusão”⁴⁶ com uma dupla face: de um lado, a não-inserção no mundo do trabalho se expressa pelo fato de que alguns contingentes (pela baixa qualificação) tornam-se “desnecessários economicamente”, mesmo que novas tecnologias possam empregar parcialmente alguns deles e, por outro lado, abate-se sobre eles um **estigma** por viverem em condições precárias e subhumanas em relação aos padrões “normais” de sociabilidade, de que são perigosos ameaçadores e, *por isso mesmo, passíveis de serem eliminados*”.⁴⁷

O Autor procura treinar o olhar para identificar o fenômeno e aperfeiçoar a construção do conceito. Iniciando pela posição hegemônica das Ciências Sociais entre nós, desde os anos 70, que é a marxista, nas várias acepções, a divisão em dois grupos – incluídos e excluídos – representaria uma visão dualista, amplamente criticada. Atribuir-se-ia, assim, a causa à acumulação global. O conceito de população “supérflua” relativa, do exército industrial de reserva, ainda guardava uma relação com a acumulação capitalista, funcional ao sistema, conforme o clássico trabalho de F. Oliveira, *Economia brasileira – crítica à razão dualista*.⁴⁸

Esse *lumpenproletariat*, além de gerado pelo processo de acumulação, é funcional ao sistema, não apenas enquanto exército industrial de reserva, como queria Marx, mas também, nas condições brasileiras, enquanto fator que vai permitir que os segmentos integrados ao setor dinâmico da economia – dos quais convém não esquecer as classes médias – se beneficiem de uma mão-de-obra superexplorada, que vai lhes prestar serviços a custos baixíssimos, liberando assim, mais recursos que serão realocados (na compra de bens de consumo duráveis, por exemplo) no setor dinâmico.⁴⁹

⁴⁶ Nascimento, Elimar. Hipótese sobre a nova exclusão social. Cadernos CHR, n° 21, Salvador, 1994.

⁴⁷ Oliveira, Luciano. *Op. Cit.*, p. 52.

⁴⁸ Oliveira, Francisco. (1981) *Economia Brasileira – crítica à razão dualista*. Petrópolis. RJ.: Vozes/Cebrap.

⁴⁹ Oliveira, Luciano. *Op. cit.*, p. 53.

A situação, hoje, parece sugerir que esse exército industrial de reserva tornou-se desnecessário economicamente e daí o termo exclusão, pois não seria mais **reserva** e constituir-se-ia em **estorvo**. Isso, em parte, pode ser verdade, embora haja indício de que até por vias mais perversas possíveis, há certa articulação com a economia. Nesse sentido, só iriam constituir-se como *excluídos* de fato, aqueles de quem não se pudesse “*extrair nenhum centavo de mais-valia*”.

Além disso, outra ótica acaba por olhar os excluídos como a quem da “humanidade”, ou seja, sua desumanidade e, segundo Hannah Arendt, também a subhumanidade desses contingentes traz consequências políticas, pois eles, à semelhança dos judeus apátridas, não teriam *um lugar peculiar no mundo*.⁵⁰

Ademais, tais contingentes gerariam um sentimento de hostilidade, desconfiança, irritação e medo por parte dos outros setores da sociedade, espécie de fomento de idéias neozistas, pois também tais setores acabam por sentir-se ameaçados. Isso gera, igualmente, uma demanda maior de serviços de segurança e repressão, canalizando as energias mais para a contenção dos efeitos perversos do que para a resolução das causas da questão social.

Tentando concluir, Luciano Oliveira afirma que para entender as causas, o ponto de vista do antidualismo é mais apropriado, pois evita a ingenuidade de querer explicar a miséria pela culpa dos miseráveis (ou pelo senso comum ou pelo moralismo).

No que tange aos efeitos, contudo, o dualismo entre excluídos e não excluídos é útil, pois dá conta de vasta fenomenologia. Ainda acrescenta-se ao debate que o reducionismo econômico não permite abranger a dimensão ético-política da questão e só esta poderá fundamentar e resgatar a conquista da **inclusão**.

Essas considerações, assim como as de José de Souza Martins, já citadas, permitem perceber como a sociedade acaba se acostuman-

⁵⁰ Arendt, Hannah. (1990). *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

do com a dualidade, quase permanente, o que se depreende do aumento substantivo dos gastos com segurança, transformando-os *em florescente área de investimento (vigilância, eletrônica, blindagem de automóveis, guardas privados etc. (...))* O conceito de exclusão tem uma razão teórica, mas, sobretudo, ética e política: é ele que nos interpela sobre a natureza da polis que estamos construindo.⁵¹

Convém registrar a grande contribuição para o debate dos anos 90 sobre o conceito de exclusão, realizada por Aldaíza Sposati⁵² que procura espacializar a desigualdade do espaço urbano no município de São Paulo, utilizando de metodologia cuidadosa e multidimensional, combinando indicadores de autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. Procura chamar a atenção para a percepção dos profundos contrastes da cidade de São Paulo e fundamentar a importância de uma lei orgânica de assistência social.

Lúcio Kowarick atualiza a pesquisa sobre o tema da desigualdade e iniquidade sociais, contextualizando-o no subdesenvolvimento industrializado, na existência do subcidadão público.⁵³

Há ainda, vários trabalhos recentes⁵⁴ sobre o tema da exclusão social; destes, pode-se citar a publicação de diferentes textos sobre pesquisas a respeito do tema por equipe do Rio Grande do Sul,⁵⁵ en-

⁵¹ Oliveira, Luciano. *Op. cit.*, p. 60.

⁵² Sposati, Aldaíza (coord.) (1996). Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC.

⁵³ Kowarick, Lúcia. Cidadão privado e subcidadão público. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 5, nº 2, abril-junho/1991. Ver também L. Kowarick e M. Campanários. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado – do milagre à crise. In Kowarick, L. (org.) As lutas sociais e a cidade. 2ª edição revista e atualizada em 1994. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁵⁴ As pesquisas sobre a população de rua, segmento identificado com a chamada “exclusão social”, trouxeram contribuição ao debate em São Paulo. Vera Silva Telles também marca um importante capítulo na discussão sobre a pobreza entre nós. Sua tese de doutorado, *A cidadania inexistente. Incivilidade e pobreza – um estudo sobre o trabalho e a família na Grande São Paulo*. Departamento de Sociologia-USP, 1992, aborda as questões do trabalho e estratégias familiares na região metropolitana de São Paulo. Devem ser citados também: Vieira, M. Antonieta C., Bezerra, Eneida e Rosa, Cleisa M. M. (1992) *População de rua: quem é, como vive e como é vista?* São Paulo: Hucitec, Yazbek, M. Carmelita. (1993) *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez Editora.

⁵⁵ Zarth, Paulo Afonso et. al. (1998). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora UNIJUI.

focando assuntos correlatos como o impacto da globalização e das novas tecnologias, o desemprego, o subemprego, a discriminação étnica, os conflitos sociais e políticas públicas, em perspectiva histórica, antropológica e sociológica. Em capítulo teórico, Bonetti⁵⁶ aponta a exclusão como decorrente de uma mudança na estrutura social, da perda de possibilidade de participação quer na estrutura produtiva quer cultural. Os sujeitos sociais, grupos ou classes são submetidos a uma homogeneização provocada pelas políticas públicas.

Finalmente, resta também referir o significativo trabalho publicado em 1994 de Elimar Pinheiro do Nascimento do Nascimento – *A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas* - Cadernos do CEAS – Centro de Estudos da Ação Social-, n. 152, Salvador/BA, 1994.⁵⁷

Segundo José de Souza Martins (1997), esse autor, falando da “nova exclusão”, atribui ao “excluído” o fato de estar em situação de carência material, mas, sobretudo, (...) *ser aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade*. Martins considera, entretanto, que *uma categoria social ou grupo não pode ser reconhecido como sujeito se não se reconhece a si mesmo como sujeito*.⁵⁸ Martins atribui ao fato da participação na esfera do consumo levar muitos indivíduos a se sentirem como “incluídos” subjetivamente, embora estejam nas categorias de fato consideradas “excluídas”. Ainda acresce esse Autor, que o termo exclusão foi precedido, na reflexão brasileira, das categorias prévias de **pobreza** e de **marginalidade** social e que, segundo ele, influenciaram até mesmo as produções francesas referenciais.

Cabe-nos, portanto, atualizar esse debate, produzir pesquisas para verificar do acerto de nossas hipóteses e, principalmente, trabalhar para a erradicação desses processos sociais excludentes.

(Recebido para publicação em maio de 2003)

(Aceito em junho de 2003)

⁵⁶ Bonetti, Lindomar W. (1998) Estado e exclusão social hoje. In Zarth, Paulo Afonso, *Op. cit.*

⁵⁷ Ver também desse autor: *A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares?* In Eli Diniz *et al.* (1994). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: Anpocs, Ipea, Hucitec.

⁵⁸ J. de Souza Martins, 1997: 16:17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc (1994). **Não lugares, uma introdução à antropologia da supermodernidade**. Campinas, Ed. Papirus.
- CASTELLS, M; BORJA, J *et al.* (1990). **Las grandes ciudades en la década de los noventa**. Madrid, Editorial Sistema.
- CASTELLS, M. (1998). **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTELLS, M. **Fim de Milênio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ENGELS, F., (1975). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, Porto, Ed. A-frontamento.
- LEFEBVRE, H. (1978). **O direito à cidade**. SP, Ed. Moraes.
- IANNI, O. (1994). **Cidade global**, Petrópolis, Revista Cultura Vozes, ano 88, nº 2.
- MARX, K: **Trabalho Assalariado e Capital**, SP, Ed. Sociais, s/d.
- PRÉTECEILLE, E. (1994) Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C.; SANTOS JR., Orlando, **A Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- ROLNIK, R. (1997). **A cidade e a Lei**. São Paulo, Studio Nobel.
- ROSETA, Helena (2000). A forma segue a função. **Le Monde Diplomatique**, Edição Portuguesa.
- SENNET, Richard (2002). A nova sociedade urbana. **Le Monde Diplomatique**, Edição Brasileira.
- SASSEN, Saskia (1998). **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel.
- VÉRAS, Maura P. B., (2000). **Trocando Olhares, uma introdução à construção sociológica da cidade**, SP, Studio Nobel – EDUC.
- VÉRAS, Maura P. B., (2001). **DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo** – tese livre docência PUCSP.
- VÉRAS, Maura P. B. (1997). Novos olhares sobre São Paulo, **Revista MARGEM**, Fac. Ciências Sociais, Educ, Fapesp.
- VÉRAS, Maura P. B. (2002). Topographie urbaine des inégalités; pauvreté et ségrégation a São Paulo. In: PARIZOT, S.; PAUGAM, S et al. **Les Mégalopes face au défi des nouvelles inégalités**. Paris, Flammarion, p. 65/72.
- WILLIS, Carol (1995). Form follows finance – Skyscrapers and skyline. In: **New York and Chicago**, Princeton, Architectural Press
- VIRILIO, Paul (1993). **O espaço crítico**, São Paulo, Editora 34.